

## Editorial

# RISCO DAS DÍVIDAS

A aproximação do fim do ano, em geral um período de esperanças, com a pandemia traz apreensão para os brasileiros. Mais de 13 milhões de trabalhadores estão à procura de emprego, e cerca de 17 milhões de pessoas deixarão de receber a parcela extra do auxílio emergencial que, mesmo reduzido, tem sido uma âncora da economia.

Amanhã, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador deverá bater o martelo sobre o assunto. Com a redução do valor mensal de R\$ 600 para R\$ 300, a renda dos 10% mais pobres no Brasil deve sofrer um baque de até 77%, segundo a Fundação Getulio Vargas.

Os cerca de R\$ 320 bilhões da nova rodada servirão para impulsionar o consumo, dar um fôlego para as pequenas e médias empresas e até trazer impactos positivos sobre o crédito das pessoas físicas. Com os recursos pagos até agora pelo governo, a inadimplência medida pelo Banco Central atingiu o mais baixo índice da série histórica. Mas, mesmo com o amparo do benefício, nos cálculos da Serasa, o país ainda possuía cerca de 60 milhões de pessoas com dívidas atrasadas, e, sem o benefício a partir de janeiro, a tendência é que o índice volte a subir. A Federação Brasileira dos Bancos divulgou ontem que os débitos no país ainda somam R\$ 910 bilhões.

Diante desses valores e da perspectiva de perda de renda a partir de dezembro, iniciativas como os feirões de limpa-nome, que começaram ontem e nos quais as empresas oferecem descontos superiores a 90% dos serviços das dívidas, são oportunidades de proteger os ainda baixos rendimentos pessoais, de assegurar crédito – que, infelizmente, ainda é muito caro, com juros mensais acima de 18% – e de preservar a capacidade de consumo que tem sido a esperança de um ano melhor para a economia em 2021.